

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

JAQUELINE ELOY DOS SANTOS

**A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SPED DA RECEITA FEDERAL E
SEU IMPACTO NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lurdes Furno da Silva

Porto Alegre

2017

A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SPED DA RECEITA FEDERAL E SEU IMPACTO NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – RS¹

RESUMO

Este artigo se propôs a analisar a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seu impacto nos investimentos realizados e no trabalho desenvolvido pelos escritórios de contabilidade situados na cidade de Porto Alegre (RS). A pesquisa foi elaborada a partir de questionário enviado a 20 escritórios de contabilidade, escolhidos aleatoriamente, e por alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que atuam em escritórios de contabilidade na mesma cidade. Foram obtidas 30 respostas para a amostra, sendo 13 dos escritórios e 17 dos alunos. Os principais dados obtidos indicam que houve necessidade de investimentos em tecnologia, incluindo máquinas e sistemas de informações. Na área de pessoal, a maioria dos escritórios não apresentou aumento no número de empregados, entretanto houve aumento no número de horas extras com elevação do custo com pessoal. Também houve investimentos em treinamento, sendo que a maioria dos respondentes indica ter participado de cursos de atualização para o SPED. Quanto à forma de trabalho as respostas indicam que aumentou a colaboração entre os colegas, o que não representou aumento de produtividade, uma vez que as respostas nesse quesito apresentaram-se bem divididas entre os respondentes. A maioria dos respondentes acredita que o SPED está contribuindo para a melhoria dos serviços fiscais para cumprimento de obrigações acessórias por uniformizá-las e por evitar redundâncias de informações. Considerando que o trabalho teve como amostra apenas escritórios localizados na Cidade de Porto Alegre, sugere-se que a pesquisa feita seja aplicada para outras regiões.

Palavras-Chave: SPED. Escritórios. Contabilidade.

THE IMPLEMENTATION OF THE SPED PROJECT OF THE FEDERAL REVENUE AND ITS IMPACT AT THE ACCOUNTING OFFICES OF THE MUNICIPALITY OF PORTO ALEGRE - RS

¹Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2017, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jjavry@gmail.com

³ Orientadora: Doutora em Economia, Mestre em Controladoria, Especialista em Auditoria e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: lurdes.furno@ufrgs.br

ABSTRACT

This paper proposes to analyze the implementation of the Public Digital Bookkeeping System (SPED) and its impact on the investments made and the work developed by the accounting offices located in the city of Porto Alegre (RS). The research was elaborated from a questionnaire sent to 20 accounting offices, randomly selected, and by students from the Accounting Sciences course of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) who work in accounting offices in the same city. We obtained 30 answers for the sample, of which 13 were from the offices and 17 from the students. The main data obtained indicate that there was a need for investments in technology, including machines and information systems. In the area of personnel, most of the offices did not show an increase in the number of employees, however, there was an increase in the number of overtime hours with an increase in personnel costs. There were also investments in training, with the majority of respondents indicating having participated in refresher courses for SPED. Regarding the way of working, responses indicated that collaboration among colleagues increased, which did not represent an increase in productivity, since the answers in this question were well divided among the respondents. Most respondents believe that SPED is contributing to the improvement of tax services to fulfill ancillary obligations by standardizing them and by avoiding redundancies of information. Considering that the work sample was only located in the city of Porto Alegre, it is suggested that the research done be applied to other regions.

Keywords: SPED. Offices. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

Os níveis de tecnologia evoluíram significativamente no Brasil e a contabilidade foi um dos setores mais afetados por essa evolução.

Na década de 1980, é lançada no mercado a tecnologia dos computadores pessoais, popularizados como PC, sigla em inglês de Personal Computer: computadores de mesa para uso pessoal, de pequeno porte e baixo custo.

A partir do ingresso dos PC's no mercado, o tempo gasto na execução de atividades foi consideravelmente reduzido. Trabalhos que demoravam dias para serem concluídos passaram a ser finalizados com melhor qualidade e em poucas horas.

Com relação à área tributária, desde a década de 1920 as empresas estão obrigadas a entregar à Receita Federal a Declaração Anual do Imposto de Renda. Até a década de 1990, tal declaração era elaborada de forma manual ou datilografada, onde eram informados os principais elementos de movimentação dos dados contábeis da empresa no período e as apurações dos tributos devidos, os quais poderiam ser parcelados em quotas a serem pagas

nos meses seguintes. A entrega dessa declaração deveria acontecer até o mês de abril do ano subsequente ao de sua apuração.

A Secretaria da Receita Federal planejava implantar um novo modelo tecnológico, então, no início da década de 1990, iniciou o processo de entrega da declaração por sistema de computador.

Foi nesse cenário que, em 1991, a Receita Federal instituiu o programa de preenchimento da Declaração de Rendimentos do Imposto de Renda. Após 67 anos de criação do primeiro formulário, estava instituída a segunda forma de preencher e entregar a declaração: o meio magnético. O país partia na frente na automação do preenchimento da declaração de imposto de renda. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015).

A partir de 1995 a Receita Federal disponibilizou informações e serviços pela Internet. Entre os primeiros serviços, constavam: a Agenda Tributária, que informava sobre os impostos e suas datas de vencimento; dados sobre o volume de tributos arrecadados no mês pela Receita Federal e notícias sobre o imposto de renda, o que diminuiu custos e representou economia de tempo dos contribuintes e até mesmo para o Estado. Desde então, a Receita vem promovendo ações para melhorar o atendimento ao cidadão. Além de criar facilidades de atendimento aos contribuintes, tem incentivado a inclusão digital. Dentro dessa inclusão digital, disponibilizada pela Receita Federal, o projeto mais recente é Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O SPED foi instituído através do Decreto 6.022/2007 e desde então passou a estar presente na vida dos contadores. Este sistema é uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato digital específico e padronizado.

Uma das competências exigidas ao contador, como reflexo do SPED é a familiarização com sistemas de informação. O uso de sistemas de gestão integrados, como por exemplo, o ERP (Enterprise Resource Planning) - que integra todos os dados e processos de uma organização em um único sistema – bem como os avanços promovidos pelo fisco brasileiro com a implantação do SPED, acabaram causando impactos na vida dos Contadores, fazendo com que estes mudassem seu perfil, além de adotarem uma busca contínua por informações e entendimento do uso dessas tecnologias.

Diante disso, este artigo se propõe a responder: Quais os impactos que a implantação do projeto SPED da Receita Federal vem causando no trabalho e nos serviços prestados pelos escritórios de Contabilidade da cidade de Porto Alegre? Para responder essa questão, este artigo tem por objetivo analisar como a implantação do SPED está impactando no trabalho das equipes dos escritórios de contabilidade situados na cidade de Porto Alegre – RS. Os

objetivos específicos consistem em contextualizar o impacto do avanço da tecnologia da informação tributária em nível federal no exercício da profissão contábil; analisar a atualização do profissional contábil com a nova tecnologia tributária (SPED) e verificar quais são as principais dificuldades que estes profissionais estão enfrentando para se adaptar aos novos sistemas.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa quantitativa, descritiva e de Survey. Foi aplicado questionário para ser respondido pelos responsáveis por 20 escritórios de contabilidade, situados em Porto Alegre, e pelos alunos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que trabalham em escritórios de contabilidade na cidade de Porto Alegre – RS.

De acordo com Sales e Pinto (2017, p. 65) os profissionais contábeis devem se conscientizar da importância do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), “como peça fundamental para cumprimento das obrigações acessórias abrangidas pelo projeto, buscando sempre atualização sobre o assunto através de palestras, treinamentos, cursos e outros.” Diante disso, a presente pesquisa justifica-se pela importância de o profissional, com o avanço acelerado da tecnologia, ter conhecimento sobre os novos sistemas que estão impactando na área. Diante disso, é relevante analisar como os profissionais estão reagindo frente à era Digital da Contabilidade, principalmente os profissionais que atuam nos escritórios de contabilidade, que são aqueles que mantêm frequentemente contato com esses sistemas.

Este estudo está dividido em cinco partes. Iniciando pela introdução, onde estão contextualizados o tema e os objetivos, é seguido pela segunda seção, onde é apresentado o referencial teórico que aborda a evolução tecnológica na contabilidade, o Sistema Público de Escrituração Digital e os sistemas advindos com a implantação desse sistema. Na terceira seção são descritos os procedimentos metodológicos, seguindo pela quarta seção onde são apresentadas as análises dos dados. Na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção aborda-se a evolução tecnológica na área contábil, com destaque para o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Aborda os novos Sistemas Informatizados que surgiram com a implantação do SPED e a necessidade de adaptação do profissional contábil frente a essas mudanças.

2.1 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA CONTABILIDADE

Nesta seção é apresentada a evolução tecnológica da contabilidade, a fim de conhecer as principais fundamentações desde a época manual até os procedimentos atuais da contabilidade na era digital. “Para que se compreenda a Contabilidade, pois, como ramo importante do saber humano que é, necessário se faz remontar a suas profundas origens.” (SÁ, 2008, p.21)

Chela; Serpe, (2014) informam que não se sabe exatamente quem inventou a Contabilidade e que existem indícios do surgimento da Contabilidade há 4.500 A.C, mas antes disso os povos primitivos contavam seus rebanhos, ferramentas, praticando uma contabilidade básica.

Hendriksen; Breda (2007) referenciam o surgimento da contabilidade na Itália.

Sabemos, porém, que sistemas de escrituração por partidas dobradas, começaram a surgir gradativamente nos séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio no norte da Itália. O primeiro registro de um sistema completo de escrituração por partidas dobradas é encontrado nos arquivos municipais da cidade de Gênova, Itália, cobrindo o ano de 1340. (HENDRIKSEN; BREDA, 2007, p. 39)

O Brasil também apresenta uma evolução na área contábil.

O Brasil é um país que abriga muitas dessas histórias e no decorrer do tempo as práticas contábeis nele foram ganhando força e reconhecimento. A contabilidade nesse país também nasceu com o comércio que se iniciou com a chegada da colônia Portuguesa e logo com a abertura dos portos. (AGOSTINI; CARVALHO, 2011)

No século XX começaram a surgir as primeiras máquinas que auxiliavam na Contabilidade e que tinham por funções apenas soma e subtração. De acordo com Chela e Serpe (2014), “as primeiras máquinas que auxiliavam na Contabilidade, em meados à década do século 20, apenas somavam e subtraíam. Para operar essas máquinas era necessário puxar pequenas alavancas para escolher os números e depois uma maior para fazer a conta.”

De acordo com Consenza e Rocchi (2014), em 1868 surgiram as máquinas de escrever, com o modelo Sholes & Gidden. O surgimento da máquina de escrever, aliado ao crescimento da necessidade de simplificação do trabalho contábil, fez com que comesçassem a ser desenvolvidas máquinas de datilografias com pequenos aperfeiçoamentos para aplicação da tecnologia de reprodução decalcada para atendimento aos serviços contábeis. Ainda segundo os autores, “primeiramente, foram construídas máquinas manuais que possibilitaram efetuar o lançamento contábil em uma única operação, registrando no livro cronológico (Diário) e no livro sistemático (Razão) de forma simultânea.”

Em 1964, surgiu o Kardex, que era a melhor forma de controle de estoques na época. “Uma ficha para anotar cada item da mercadoria existente e disponível nos estoques, podendo assim conferir e controlar os saldos finais.” (CHELA; SERPE, 2014)

Após o surgimento da máquina de escrever, aos poucos a Contabilidade foi sendo adaptada aos sistemas mecanizados: sistema de ficha tríplice, sistema Front Feed, máquinas de datilografar, calculadoras que faziam apenas as quatro operações, cópias com carbono e gelatina.

A tecnologia evoluiu e a Contabilidade seguiu seu ritmo. Conforme Filho (2010, p.18), na década de 1980, é lançada no mercado a tecnologia dos computadores pessoais (sigla em inglês: PC – Personal Computer): computadores de mesa para uso pessoal, de pequeno porte e baixo custo. O tempo gasto na execução de atividades foi consideravelmente reduzido. Trabalhos que demoravam dias para serem concluídos passaram a ser finalizados com melhor qualidade e em poucas horas. Cópias passaram a não ser mais um problema, pois os documentos em papel, que antes ocupavam muito espaço, começaram a ser arquivados em disquetes, hoje substituídos por compact discs (CDs), versatile digital discs (DVDs) ou pen drives. De acordo com Mandel, Simon e Delyra (1997):

Nas décadas de 60 e 70 já se pôde notar a diferença resultante de meios magnéticos para armazenamento de dados e computadores para seu processamento. Isso teve um forte impacto no modo de trabalho de muitas empresas e órgãos governamentais. A partir da década de 80, essa capacidade de processamento chegou até as pequenas empresas e o usuário individual. (MANDEL, SIMON E DELVRA, 1997, p. 15)

Na década de 1990 surgiu a internet, causando grande impacto nas empresas e escritórios de contabilidade. Na segunda metade dos anos 1990, as declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas passaram a ser entregues pela internet.

A seguir, um breve resumo dos fatos marcantes da Receita Federal a partir da era da internet, de acordo com a RFB (2006):

- Em outubro de 1995 a Receita Federal começa a divulgar informações na internet;
- Em março de 1996 é lançado a “Home Page do Imposto de Renda”;
- Em setembro de 1996 entra no ar o endereço www.receita.fazenda.gov.br
- Em outubro de 1996 sítio lança consulta à restituição do imposto de renda;
- Em março de 1997 é estabelecido a entrega de declarações do Imposto de Renda via internet (Programa Receitanet);
- Em janeiro de 1998 é possível emitir a Certidão Negativa de Débitos (CND) via internet.
- Em setembro do ano 2000 foi implantado o recurso de “respostas automáticas” ao Fale Conosco;
- Em julho de 2002, o acesso ao Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) passou a ser feito a partir do sítio da Receita Federal na Internet;
- Em agosto de 2002, a Receita Federal do Brasil disponibilizou consulta pública à situação cadastral do CPF no seu sítio na internet;

- Em outubro de 2002, a Receita Federal lança o “Receita 222” – Atendimento Virtual;
- Em novembro de 2002, a Receita lançou o Sítio do leãozinho fala de cidadania;
- Em fevereiro de 2003, é possível a consulta ao Extrato do Processamento da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
- Em outubro de 2003, sítio da Receita Federal é eleito um dos cinco melhores do mundo na categoria e-Governo;
- Em agosto de 2004, a Receita Federal disponibilizou na internet o extrato simplificado de processamento de processamento da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF);
- Em novembro de 2005 é lançado o sítio Memória da Receita Federal;
- Em dezembro de 2005 é lançado o e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da SRF);
- Em julho de 2006 surge o projeto SPED (Serviço Público de Escrituração Digital).

Toda essa evolução fez com que os dados contábeis e tributários passassem a ser transferidos rapidamente com menor burocracia para os computadores da Receita Federal do Brasil (RFB). Para o governo, as declarações, entregues via internet, ajudam na fiscalização e na detecção de erros de informações prestadas pelos contribuintes que tem oportunidade de corrigi-los, desde que respeitados os prazos legais.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

O SPED – Sistema Público de Escrituração Digital foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010), plano do governo federal para estimular o crescimento da economia brasileira através do investimento em obras de infraestrutura, constituindo-se em um grande avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

De acordo com Receita Federal do Brasil (RFB),

“de modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital”. RFB (2007)

Segundo a RFB (2007), o Sped tem como objetivos, entre outros:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

O Projeto SPED contou inicialmente com três subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Escrituração Contábil Digital (ECD) ou SPED Contábil e Escrituração Fiscal Digital (EFD) ou SPED Fiscal. Não obstante, o universo de atuação foi ampliado e agora conta com : Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) e Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e) pertencendo ao projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital (EFD) ICMS IPI, Escrituração Fiscal Digital (EFD) Contribuições; EFD-Reinf e eSocial ampliando o SPED Fiscal, além da e-Financeira.

O primeiro e grande projeto do SPED foi a Nota Fiscal Eletrônica, desenvolvido ao longo do ano de 2005. De acordo com Fernandez (2012), a Receita Federal do Brasil e a Superintendência da Zona Franca de Manaus desenvolveram inicialmente a NF-e em apenas 6 Estados (São Paulo; Rio Grande do Sul; Bahia; Goiás; Santa Catarina e Maranhão). Grandes empresas emitentes de nota fiscal, também apoiaram o projeto desde o início. Após realizar os devidos testes e observarem um resultado satisfatório, a legislação foi aprovada aos demais Estados do Brasil, incluindo o Distrito Federal.

A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e foi instituída nacionalmente pelo Ajuste SINIEF 7/2005, que instituiu também o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, e pode ser definida, segundo o Ajuste SINIEF 07/05, cláusula 1ª, § 1º:

O documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Para Keese (2012), a Nota Fiscal Eletrônica e o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) representam, respectivamente, um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, em substituição ao papel, e a modernização do cumprimento das obrigações acessórias (aquelas obrigações que vêm junto com a obrigação principal) transmitidas pelos contribuintes, tanto para o Governo como para os órgãos fiscalizadores.

A Nota Fiscal Eletrônica possui quatro tipos diferentes e cada uma para uma espécie de atividade e de público: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e); Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e); Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônicos (MDF-e).

A NF-e aperfeiçoa os controles fiscais, combate à sonegação e, por conseguinte, prove o aumento da arrecadação de tributos. Após o advento da certificação digital

das assinaturas de empresas e pessoas, a ideia da implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a tradicional sistemática de emissão em papel se tornou exequível. A validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente ao emitir o documento fiscal, promoverá a integração dos sistemas de fiscalização nas três esferas de governo, federal, estaduais e municipais, uma vez que se prevê a padronização, racionalização e compartilhamento das informações contábil e fiscal, assim como a integração de todo o processo relativo às notas fiscais (CLETO, 2006).

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), projeto ainda está em desenvolvimento, de acordo com a RFB (2017), é um documento digital gerado e armazenado eletronicamente. Com este projeto a Receita Federal visa estabelecer a NFS-e em todo o ambiente nacional de autorização e guarda de documentos fiscais, atendendo ao Protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007, que atribuiu a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto da NFS-e. Com a implantação deste documento, através da simplificação na emissão do documento fiscal eletrônico de serviços, a RFB visa reduzir os custos das empresas e gerar mais eficácia, assim como beneficiar as administrações tributárias por padronizar e melhorar a qualidade das informações.

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) tem validade em todos os Estados do Brasil e, de acordo com a cláusula primeira do Ajuste SINIEF 09, de 25 de outubro de 2007, pode ser definido como um documento emitido e armazenado eletronicamente de existência exclusivamente digital. O CT-e foi implantado para documentar prestações de serviços de transportes de cargas, sendo obrigatório às empresas de transportes de passageiros a partir de julho de 2017 de acordo com o Ajuste SINIEF 10/2016. A validade jurídica deste documento é garantida pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte. O CT-e proporciona benefícios para todos os envolvidos na prestação de serviços de transporte. De acordo com a RFB (2007), entre os beneficiários estão: empresas de transporte de cargas (emitentes do CT-e), empresas tomadoras da prestação desse tipo de serviços, a Sociedade, Contabilistas e o Fisco. Para as empresas de transporte de cargas, um dos principais benefícios foi a redução de custos com papel devido à redução de custos com impressão, aquisição e armazenagem de documentos fiscais, uma vez que o documento é emitido eletronicamente. Já para as empresas tomadoras da prestação dos serviços, um dos principais benefícios foi a adaptação de seus sistemas para extrair as informações, já digitais, do documento eletrônico recebido, reduzindo os custos com mão de obra para efetuar a digitação, bem como a redução de possíveis erros de digitação de informações. Já a Sociedade foi beneficiada com o surgimento de oportunidades de negócios e de empregos na prestação de serviços ligados ao CT-e. Para os Contabilistas o

CT-e facilitou e simplificou a Escrituração Fiscal e Contábil. E para o Fisco houve benefício com a diminuição da sonegação e aumento da arrecadação sem aumento da carga tributária.

Já a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), de acordo com Gama (2017), é um documento de existência digital, emitido e armazenado eletronicamente, utilizada na venda ao consumidor final, seja para pessoa física ou jurídica. Um dos principais benefícios da NFC-e, para as empresas contribuintes é a possibilidade de controle e registro do seu faturamento, além da redução significativa dos gastos com papel. Já para o consumidor final, um dos benefícios é a possibilidade de consulta em tempo real de suas notas fiscais no portal da Sefaz. E o Fisco é beneficiado com a melhora do controle fiscal do varejo.

O Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), de acordo com a RFB (2007), “é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, para vincular os documentos fiscais transportados na unidade de carga utilizada, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pelo Ambiente Autorizador”. Entre os benefícios desse documento, estão o controle do faturamento pelas empresas, além da redução dos custos de impressão do documento fiscal, pelo fato do mesmo ser emitido eletronicamente. Além disso, a sociedade foi beneficiada com o surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados ao MDF-e. Já para o Fisco, houve um aumento na confiabilidade da fiscalização do transporte de carga.

A Escrituração Contábil Digital (ECD) integra o projeto SPED, e segundo Hendler (2014), pode ser conceituado como “a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com layout padrão, e assinado com certificado digital.” De acordo com a RFB (2007), o objetivo da ECD foi substituir a escrituração dos livros contábeis, entre eles o Livro Diário e seus auxiliares, se houver; Livro Razão e seus auxiliares, se houver; Livros Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos em papel pela escrituração transmitida digitalmente. Um de seus principais benefícios, foi a redução de custos, devido a dispensa de emissão de documentos em papel.

Já a Escrituração Fiscal Digital – EFD, de acordo com a CONFAZ (2006), foi instituída pelo Convênio ICMS 143/2006, posteriormente substituído pelo Ajuste SINIEF 02/2009 e pode ser definida como um arquivo digital, composto por um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Receita Federal do Brasil, assim como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deve ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED. A EFD é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS ou do IPI e entre os seus principais objetivos,

destaca-se a substituição da escrituração e impressão de alguns livros fiscais, como os Livros de Registro de apuração do ICMS e IPI, entre outros. Entre os principais benefícios da EFD, está a redução de custos com a impressão de livros fiscais para os contribuintes, já para a administração tributária, um dos principais benefícios é a redução da sonegação, e por consequência, o aumento da arrecadação.

Já a EFD-Contribuições, se relaciona com as informações do PIS e da COFINS e segundo a RFB (2012), pode ser definida como:

A EFD-Contribuições trata de um arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012).

Já a EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída) é um módulo recente do Sistema Público de Escrituração Digital. Foi instituída pela Receita Federal no dia 17 de março de 2017, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.701/2017. Foi instituída para complementar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF), de acordo com Gama (2017), entrou em vigor em 2015 e pode ser definida como uma obrigação acessória imposta às pessoas jurídicas estabelecidas no Brasil. O sujeito passivo deve informar na ECF todas as operações que influenciam na composição das bases de cálculo e os valores devidos do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A ECF proporciona, além da apuração dos tributos, maiores possibilidades de cruzamentos dos dados das empresas pela RFB.

Já o eSocial, de acordo com Bruno (2014), “consiste em um projeto do Governo Federal para unificação do envio de informações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias dos empregados pelo empregador”. O objetivo desse sistema consiste em unificar o repasse dessas informações, com relação à contratação e utilização de mão de obra onerosa, além de outras informações trabalhistas que constam na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no Código Tributário Nacional. De acordo com a RFB (2017) já está em operação o módulo eSocial do Empregador Doméstico, porém, para as empresas do Brasil, esse sistema se encontra disponível apenas para ambiente de testes para a adaptação e aperfeiçoamento da plataforma por parte do Governo Federal. A obrigatoriedade de apresentação do eSocial pelas empresas está prevista para janeiro de 2018.

A e-financeira, conforme Gama (2017), é conceituada como um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras. Foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1571, de 02 de julho de 2015, que disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil. De acordo com a RECEITA FEDERAL (2017), estão obrigadas à sua apresentação as pessoas jurídicas autorizadas a estruturar e comercializar planos de benefícios de previdência complementar; autorizadas a instituir e administrar Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); aquelas que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, incluídas as operações de consórcio, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia de valor de propriedade de terceiros; e as sociedades seguradoras autorizadas a estruturar e comercializar planos de seguros de pessoas. Um dos seus principais benefícios é facilitar a fiscalização das operações financeiras pelo Fisco brasileiro.

Com a inserção do SPED e seus subgrupos, o trabalho do contador se torna cada vez mais importante para que o sistema funcione corretamente e traga os benefícios a que se propõe a gerar para as empresas.

Conforme Duarte (2011), apesar da gigantesca evolução tecnológica, no que diz respeito à ingerência da autoridade fiscal sobre as empresas, a gestão de muitos empreendedores se baseia em métodos ultrapassados.

Nascimento (2013, p. 108) ressalta que a “Gestão/Governança corporativa só será possível a partir do berço da Contabilidade societária, que também é berço para o SPED e deve atender às normas internacionais, independente do segmento ou tamanho de cada empresa”.

De fato, toda essa evolução acentuada trouxe consigo uma busca contínua de aperfeiçoamento por parte das empresas e profissionais contábeis. Desse modo, é importante que o Contador priorize os aspectos gerenciais e estratégicos frente a essa transição no cenário tributário, além de procurar atualização constantemente em termos tributários e tecnológicos.

Seguir as normas do SPED acaba impactando na forma como as empresas administram os processos contábeis e fiscais, pois é necessário implantar sistemas de tecnologia da informação capazes de armazenar, gerenciar e transmitir dados digitais, diretamente ao fisco. Além disto, precisa haver integração entre os sistemas disponíveis na empresa.

2.2.1 Sistemas advindos com a implantação do SPED

O Sistema Público de Escrituração Digital é composto por sistemas para envio de movimentos contábeis e fiscais para uma base de dados compartilhada por diversas entidades brasileiras (Receita Federal do Brasil (RFB), Secretarias da Fazenda Estaduais (SFE), Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre outras) formando a Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD). Desta forma, as autoridades fiscais terão acesso a toda informação contábil, entrada de mercadorias e matérias primas, estoques, saída de produtos e informações sobre cada nota fiscal emitida e recebida pela empresa.

A partir do momento da implantação do SPED nas empresas será muito difícil elas operarem sem um sistema de gestão integrado e sem um bom profissional da área contábil. Nesse sentido, DUARTE (2011, p.82) afirma:

Sem a automação completa das operações e sua contabilização, a empresa terá um “passivo fiscal” decorrente do provável fornecimento de informações incoerentes, incompletas ou erradas. Neste contexto o trabalho “braçal” dos contabilistas será reduzido, uma vez que toda movimentação será gerada por sistemas automatizados e integrados (ERP’s). Contudo, a responsabilidade destes profissionais torna-se maior. O trabalho intelectual sobrepõe-se ao operacional. Outras tarefas típicas do contador ressuscitam com muita força. (DUARTE, 2011, p.82)

O termo Enterprise Resource Planning (ERP) pode ser traduzido de forma livre como “Planejamento de Recursos Empresariais”.

Sobre as funcionalidades deste de sistema, de acordo com Santos (2009, p.18):

Software ERP baseia-se na existência de base de dados comuns que permitam partilhar a informação com diversos usuários. Dessa forma, departamento já não é “proprietário” de dados ou de sistema informático, mas todas as unidades usuárias dispõem de recursos de informação e de um conjunto de ferramentas de software de apoio à execução, controle e gestão do negócio, o que é um diferencial importante dos sistemas ERP. Exemplos desses produtos: SAP, Baan, JDE-dwards, PeopleSoft, Oracle, IFS.

Com a postura cada vez mais rigorosa do fisco, as empresas não podem se arriscar enviando arquivos do SPED contendo informações erradas, incompletas ou indeterminadas, pois a auditoria desses dados também é eletrônica, permitindo que a RFB possa auditar um volume grande de dados e verificar sua integridade.

Outras funcionalidades dos sistemas de integração são a geração de relatórios e o apoio no acesso às informações.

Mas para a empresa ter um sistema de ERP funcionando normalmente e trazendo todos os benefícios que esse sistema pode trazer, é muito importante que um profissional da

área contábil participe de sua implantação. Ele é um dos principais responsáveis por este processo desde o processo de seleção até a pós-implantação, posição essa corroborada por Duarte (2009, p. 148):

O contabilista deve validar as informações consolidadas e analíticas geradas pelo sistema, a partir de uma configuração adequada ao ambiente de negócios da empresa. Deve, ainda certifica-se de que o software de gestão fornecerá ferramentas para construção de cenários, geração de indicadores de resultado, relatórios e gráficos para análise gerencial, contábil e fiscal. Por fim, resta, ainda, o dever de estabelecer procedimentos de auditoria para garantir a integridade das operações e dos dados.

O sistema ERP utilizado na parte contábil da empresa permite uma grande eficiência da mesma, pois, elimina a redundância nos dados, apresenta agilidade nos processos e assegura a integridade das informações obtidas. A integração automática de um setor para outro torna a contabilidade totalmente interligada a todos os setores. (PEREIRA, 2007).

Frente ao exposto, para atender às exigências previstas pelo SPED, é imprescindível que a empresa conte com os serviços de um contador que deve ter o devido suporte de um sistema ERP que permita a adequada integração dos dados contábeis e tributários. Entretanto, a transição entre os sistemas utilizados antes do SPED e após o SPED traz custos de investimentos de equipamentos, software e treinamento de pessoas, além do período necessário de adaptação.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

A presente pesquisa apresenta nessa seção alguns estudos relacionados sobre o tema, com o intuito de propiciar maior embasamento e suporte para esse trabalho.

Mahle e Santana (2009) fizeram um artigo para verificar o nível de percepção para a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nos escritórios de contabilidade da cidade de Pinhalzinho/SC. Foi aplicado um questionário em 12 escritórios de Pinhalzinho. Os resultados demonstraram que os escritórios são pequenos, com poucos clientes obrigados ao sistema. Verificou-se a percepção, na opinião dos contabilistas, quanto ao programa e foi concluído que os contadores estão cientes da gradual implantação do SPED e estão buscando orientação.

Um estudo feito por Cordeiro e Klann (2014) buscou verificar a institucionalização de hábitos e rotinas em organizações de serviços contábeis com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Foi realizada uma pesquisa envolvendo 123 empresas no Estado de Santa Catarina. O resultado da pesquisa concluiu que os hábitos e rotinas das empresas de serviços contábeis pesquisadas se modificaram após a implantação do SPED.

Além disso, verificou-se que o processo de implantação do SPED, na maioria das empresas pesquisadas, pode ser considerado avançado, sendo que boa parte delas apresenta hábitos e rotinas relacionados ao SPED no estágio de institucionalização, conforme o modelo Burns e Scapens (2000).

Filho, Pereira e Filho (2015) realizaram uma pesquisa que teve como objetivo verificar quais os principais benefícios e dificuldades percebidos pelos operadores de contabilidade da Cidade de João Pessoa (PA) derivados do SPED. A pesquisa teve como população 2.547 contadores e 1.073 técnicos, sendo coletados 273 questionários. O questionário aplicado traçou o perfil sócio profissional, como também levantou benefícios e dificuldades resultantes do SPED. Como principais resultados, obteve-se que a dificuldade central originada pelo SPED é a escassez de pessoal qualificado e o principal benefício refere-se à melhoria da qualidade das informações fornecidas pelos contribuintes, além de resultar em novas oportunidades de emprego para os profissionais da área.

Sales e Pinto (2017) realizaram um estudo para compreender quais foram os impactos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sobre os profissionais contábeis. A metodologia teve como abordagem a pesquisa bibliográfica. Os dados e informações necessárias para a realização da pesquisa foram obtidos a partir do apuramento de autores especializados, livros, artigos científicos, sites e revistas especializadas, entre outras fontes. Após o estudo, foi concluído que o SPED está presente de forma efetiva na preparação de obrigações acessórias que lhe cabem responsabilidade, auxiliando os contribuintes com suas obrigações; também foi constatada a importância da capacitação profissional por parte dos profissionais contábeis.

Backi et al. (2016) realizaram um estudo buscando analisar as vantagens e desvantagens da implantação do SPED Fiscal na percepção dos empresários de Guaporé, RS. A coleta de dados foi por meio de entrevistas e questionário estruturado em uma amostra de 8 empresas. Com os resultados, percebeu-se que as principais vantagens com o SPED Fiscal para os empresários foram: a melhoria na área gerencial, a aplicação de recursos nas áreas fiscal e contábil e a melhoria na qualidade de informação e dos processos internos. Nas desvantagens, percebeu-se o aumento nos gastos com tecnologia devido à transmissão do SPED Fiscal, dificuldades na implantação do SPED Fiscal, falta de treinamentos disponíveis e sistemas não preparados. Além disso, observou-se a redução de papel, pois nas empresas onde a contabilidade é interna, foi perceptível a redução de papel com o início do SPED Fiscal, sendo que para as empresas onde a contabilidade é externa, não foi verificada tal redução. De

modo geral, foi constatado que os empresários consideraram haver mais pontos positivos do que negativos com o SPED Fiscal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desse estudo, foi feita uma pesquisa classificada como quantitativa, para a abordagem do problema, devido a aplicação de um Questionário, nos escritórios de Contabilidade instalados na cidade de Porto Alegre – RS. Segundo Gil (1991), pesquisa quantitativa pode ser considerada tudo que pode traduzir em números as opiniões e informações obtidas para serem classificadas e analisadas. Esse tipo de pesquisa necessita de técnicas estatísticas, como: porcentagens; média; moda; mediana entre outros.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, pois, segundo Triviños (1987), a pesquisa descritiva exige que o pesquisador obtenha várias informações sobre o que se pretende pesquisar. Esse tipo de estudo procura descrever com precisão os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Para a coleta de dados, a pesquisa é classificada como Survey, devido ao uso de questionário. Segundo Santos (1999), pesquisa com Survey “é a pesquisa que busca informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter. Trata-se de um procedimento útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas.”

A presente pesquisa foi elaborada tomando como população os escritórios de Contabilidade situados na cidade de Porto Alegre – RS. Para tanto, foram enviados questionários a 20 escritórios de contabilidade, escolhidos aleatoriamente, situados na cidade de Porto Alegre. Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário adaptado de Sanomia (2011). Este questionário foi preparado através da plataforma Google Docs. e enviado por e-mail aos escritórios e também para a Comgrad da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), solicitando que o devido questionário fosse repassado aos alunos do curso de Ciências Contábeis, destacando no e-mail que o mesmo fosse respondido somente pelos alunos que atuam em escritórios de contabilidade na cidade de Porto Alegre.

Ao todo foram obtidas 30 respostas para a amostra, sendo 13 dos escritórios e 17 dos alunos do curso de ciências contábeis da UFRGS que trabalham em escritórios de contabilidade localizados na cidade de Porto Alegre.

A partir das respostas obtidas, os dados foram analisados individualmente, através de uma estatística univariada, onde cada variável é analisada separadamente, buscando-se obter

as porcentagens relativas a cada questão e representa-las graficamente para análises e comparações.

4 ANÁLISES DOS DADOS

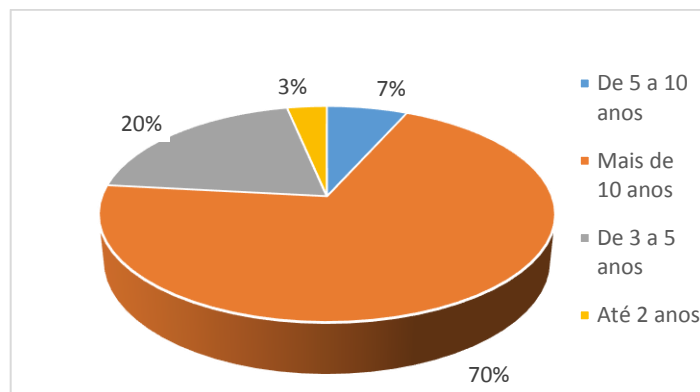
O questionário aplicado na pesquisa está dividido em duas partes. Na primeira parte, são feitas cinco perguntas sobre a identificação, tanto sobre o escritório quanto sobre o profissional que está respondendo. Na segunda parte, são feitas onze perguntas sobre o grau de conhecimento sobre o SPED pelos profissionais dos escritórios.

4.1 IDENTIFICAÇÃO

Nesta sessão será apresentada a análise da primeira parte do questionário, que foi composto por questões sobre a identificação do escritório e do profissional.

A primeira questão requeria que o profissional informasse sobre o tempo de existência do escritório, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo de existência do escritório



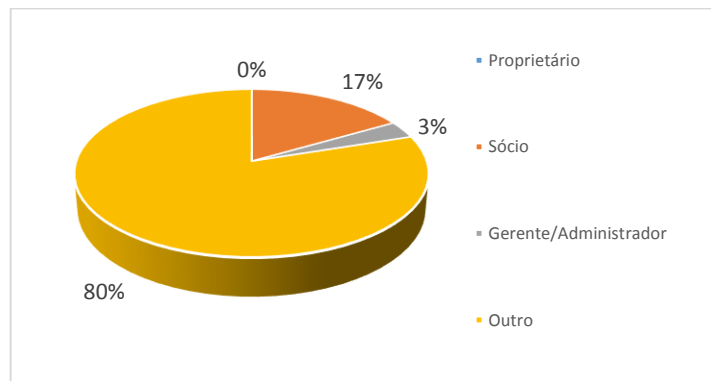
Fonte: preparado pela autora

De acordo com o Gráfico 1, 70% dos escritórios selecionados existem há mais de 10 anos, ou seja, desde antes da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) pela Receita Federal do Brasil. Sendo assim, estes escritórios sofreram os impactos decorrentes da mudança da contabilidade para a era digital.

Dos restantes 30%, 20% estão no mercado entre 3 e 5 anos. Entre 5 a 10 anos de existência correspondem 7 % do total. E apenas 3% dos respondentes representam os escritórios que possuem menos de 2 anos de atividade.

A segunda questão requeria informações sobre o cargo dos respondentes no escritório de contabilidade, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Cargo ocupado no escritório

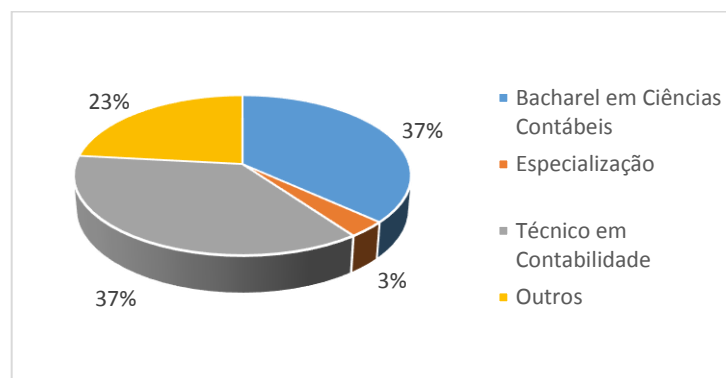


Fonte: preparado pela autora

Em relação ao cargo ocupado, o Gráfico 2, mostra que 80% dos respondentes não exercem cargo de liderança no escritório. Estes cargos são ocupados por somente 20% dos respondentes, sendo 17% Sócio e 3% Gerente/Administrador.

A terceira questão requeria informações sobre o grau de instrução dos respondentes, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Grau de Instrução dos respondentes



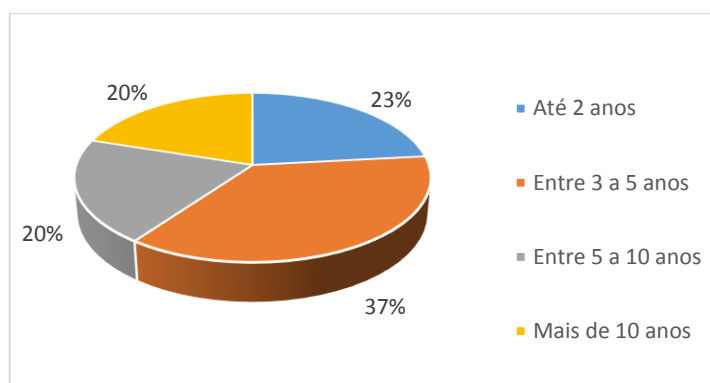
Fonte: preparado pela autora

Observa-se que houve um empate em duas opções de grau de instrução dos participantes. Sendo 37% Bacharel em Ciências Contábeis, assim como 37% Técnico em

Contabilidade. Somente 3% possuem Especialização. Já 23% selecionaram a opção ‘outros’, justificando e classificando a sua escolaridade como estudante de Ciências Contábeis.

A quarta questão requeria informações sobre o tempo de atividade dos respondentes na área contábil, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Tempo de experiência no ramo

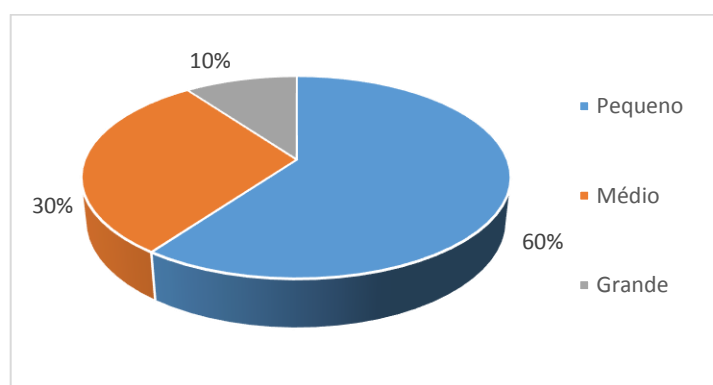


Fonte: preparado pela autora

A maior parte dos respondentes atua entre 3 a 5 anos na área contábil, sendo 37% do total. Já as outras respostas ficaram equilibradas. Sendo 23% atuando a menos de 2 anos na área. E houve um empate entre os profissionais que atuam há mais de 10 anos no ramo e os que atuam entre 5 a 10 anos, sendo 20% cada um.

A quinta questão requeria informações sobre a classificação do porte dos escritórios, em relação aos concorrentes, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Classificação do escritório em relação aos concorrentes



Fonte: preparado pela autora

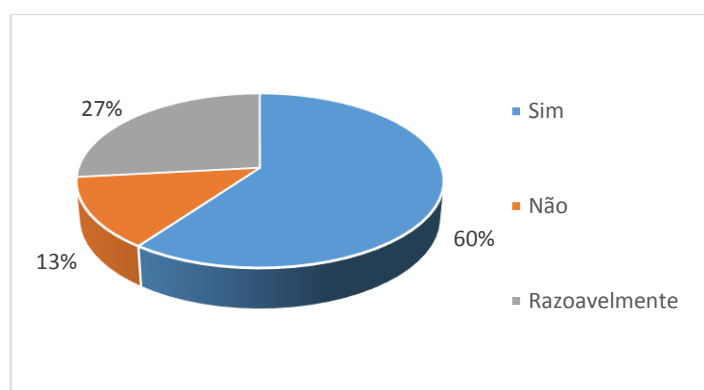
A maioria dos escritórios alvo dessa pesquisa, são de porte pequeno em relação aos concorrentes, sendo 60% do total. Porte médio são 30%. E porte grande 10 %.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE O SPED PELOS PROFISSIONAIS DOS ESCRITÓRIOS

Nesta sessão será apresentada a análise da segunda parte do questionário, que foi composto por questões para medir o grau de conhecimento sobre o SPED pelos profissionais dos escritórios.

A primeira pergunta dessa segunda parte questionava se o respondente conhecia o SPED, cujas respostas estão representadas no Gráfico nº 6.

Gráfico 6 - Conhecimento sobre o SPED

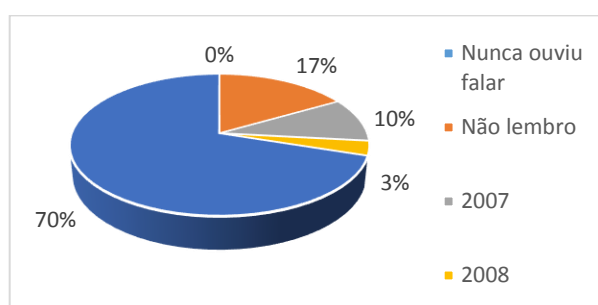


Fonte: preparado pela autora

De acordo com o Gráfico 6, 60% dos participantes conhecem o SPED. Observa-se que mesmo este Sistema tendo sido instituído há 10 anos, em janeiro de 2007, muitos profissionais dos escritórios de contabilidade ainda não possuem um bom conhecimento sobre ele. Assim, 27% dos respondentes conhecem o SPED razoavelmente e 13% não conhecem esse Sistema.

A sétima questão requeria informações sobre quando os respondentes ouviram falar sobre o SPED pela primeira vez, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Quando ouviu falar sobre o SPED

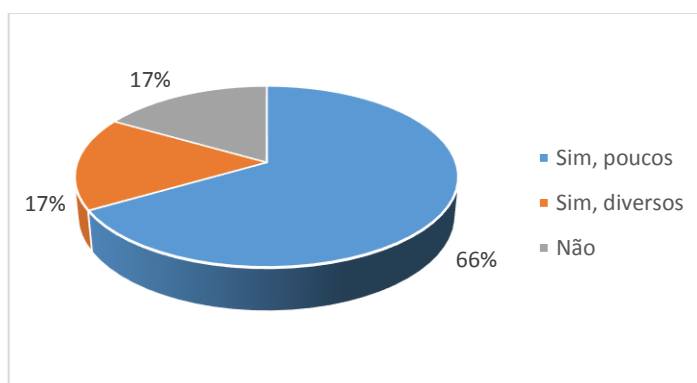


Fonte: preparado pela autora

Sobre quando ouviu falar sobre o SPED pela primeira vez, a maior parte dos respondentes afirmou que foi após o ano de 2009, sendo 70% do total. Somente 10% ouviram falar do SPED no mesmo ano em que ele foi instituído (2007) e 3% em 2008. Os que não lembraram quando foi a primeira vez que ouviram falar nesse sistema, correspondem a 17%. Nenhum participante respondeu que nunca ouviu falar no SPED. Comparando o Gráfico 6 com o Gráfico 7, também pode-se observar que no 6, 13% responderam que não tinham conhecimento sobre o SPED. Conforme indicado no Gráfico 7, ninguém respondeu que nunca ouviu falar do SPED. Sendo assim, observa-se que mesmo não tendo contato direto com o SPED, todos os respondentes têm alguma noção sobre ele.

A oitava questão requeria informações sobre a participação dos respondentes em palestras, cursos ou workshops, para adquirir mais conhecimento sobre o SPED, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Participação em palestras, cursos ou workshops sobre o SPED

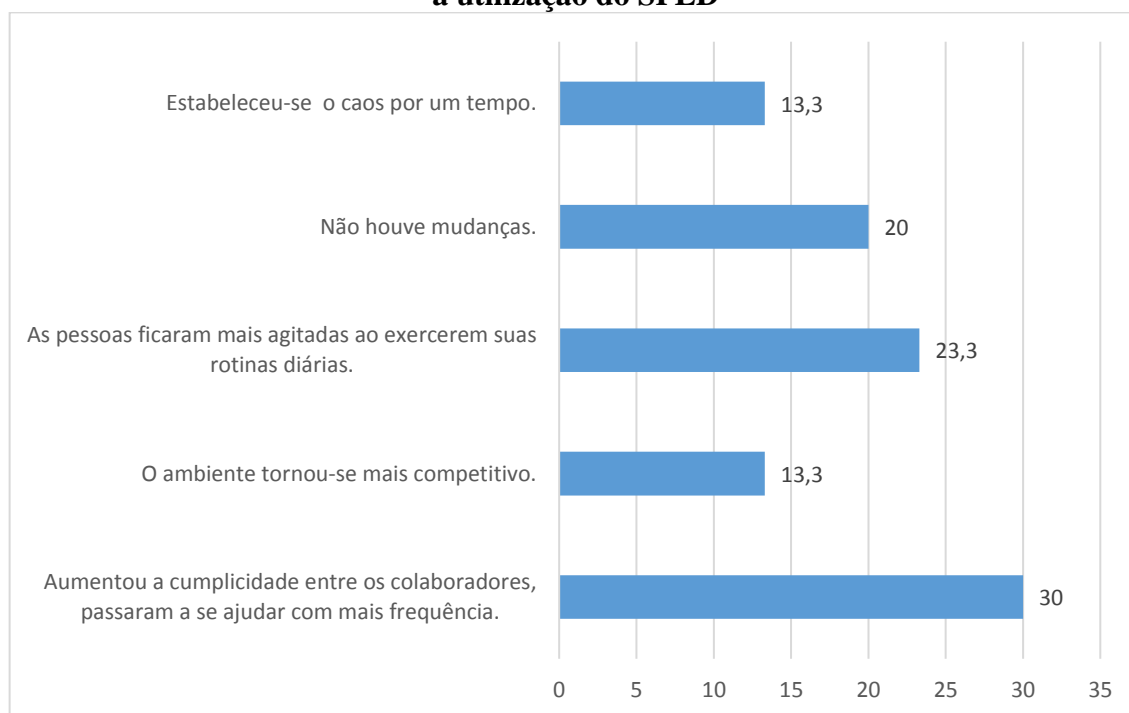


Fonte: preparado pela autora

Palestras, cursos e workshops podem ser oferecidos pelas próprias empresas para a qualificação dos funcionários. De acordo com o Gráfico 8, 66% dos participantes participaram de atividades de aperfeiçoamento sobre o SPED, porém poucas vezes. Somente 17% participaram de diversas atividades para aperfeiçoamento sobre esse Sistema e 17% não participaram de nenhuma atividade. Pergunta semelhante foi aplicada na pesquisa de Filho, Pereira e Filho (2015, p. 57) cujo resultado 37,3% afirmaram que ao menos trimestralmente comparecem em algum evento, 22% buscavam se atualizar pelo menos mensalmente e apenas 11,5% informaram não participar de eventos. Já no artigo de Mahle e Santana (2009, p.87)), através de sondagem 100% da amostra afirmou que está buscando orientação, todos os escritórios já participaram de cursos, seminários ou palestras sobre o assunto.

A nona questão requeria informações sobre quais impactos a utilização do SPED causou no clima organizacional do escritório, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Aspectos relacionados ao clima organizacional do escritório percebidos após a utilização do SPED

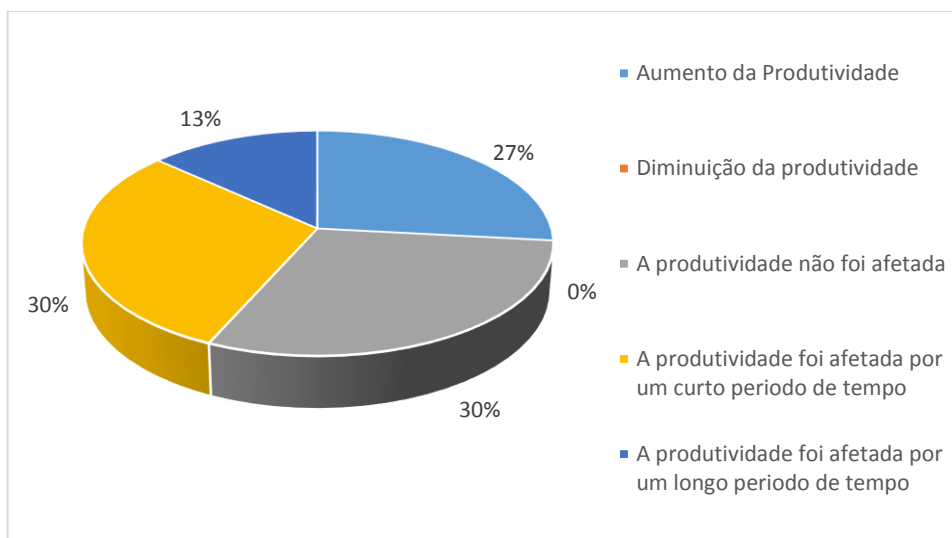


Fonte: preparado pela autora

De acordo com as respostas dos respondentes, observa-se que a implantação do SPED nos escritórios de contabilidade trouxe reflexos diversos no clima organizacional, sendo que apenas 20% dos participantes relataram não ter havido mudanças. Com reflexos positivos 30% afirmaram que aumentou a cumplicidade entre os colaboradores, pois estes passaram a se ajudar com mais frequência. Porém em 23,3% dos escritórios, as pessoas ficaram mais agitadas ao exercerem suas rotinas diárias. Em 13,3% dos escritórios estabeleceu-se o caos por um tempo, e também em 13,3% o ambiente tornou-se mais competitivo.

A décima questão requeria informações sobre os impactos que o advento do SPED provocou nos escritórios participantes da pesquisa, com relação à produtividade, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Impacto do SPED em relação à produtividade

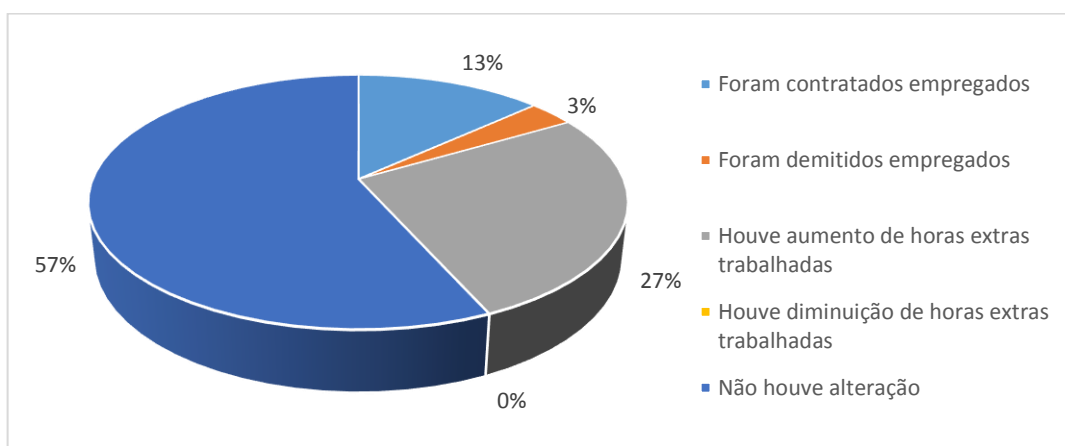


Fonte: preparado pela autora

De acordo com o Gráfico 10, o impacto do SPED, em relação à produtividade nos escritórios, apresentou resultados distintos. Em 30% dos escritórios a produtividade foi afetada por um curto período de tempo, no entanto, em 13%, a produtividade foi afetada por um longo período de tempo. Em 30% dos escritórios respondentes, a produtividade não foi afetada, já em 27%, houve aumento da produtividade. Em nenhum escritório houve diminuição da produtividade.

A décima primeira questão requeria informações sobre se o SPED afetou o quadro de pessoal dos escritórios de alguma forma, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Impacto do SPED em relação ao quadro de pessoal

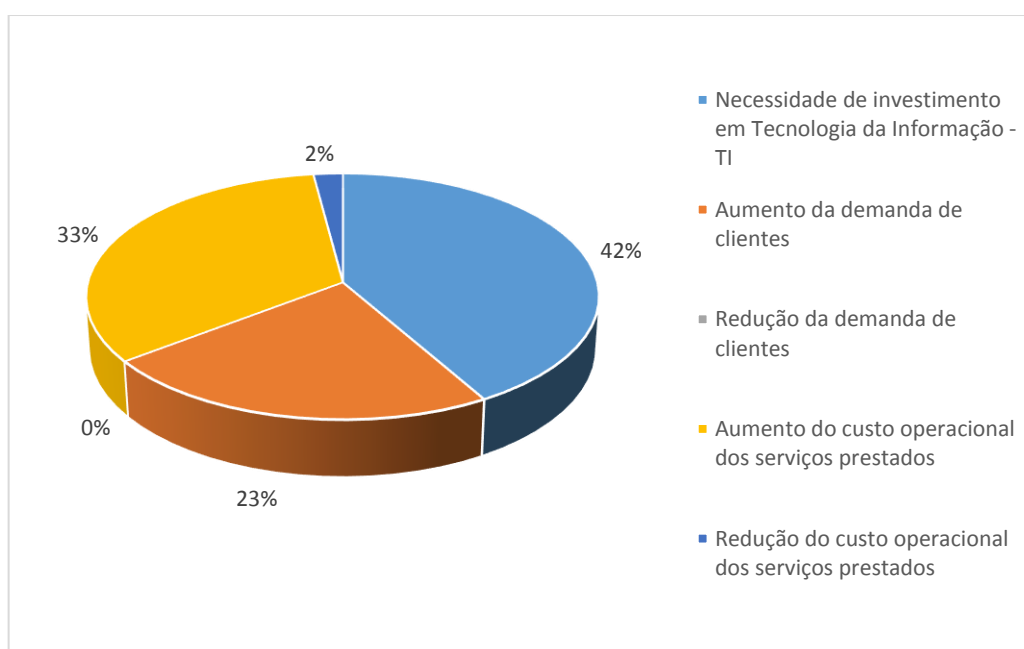


Fonte: preparado pela autora

De acordo com o gráfico 11, em 57% dos escritórios participantes não houve alteração no quadro de pessoal após a implantação do SPED. Porém, em 13% foram contratados novos empregados. Já em 3% foram demitidos empregados. E, em 27% dos escritórios de contabilidade houve aumento de horas extras trabalhadas. Em nenhum escritório houve diminuição de horas extras trabalhadas. Pergunta semelhante foi aplicada na pesquisa de Backi et al. (2016, p.143) onde percebeu-se que 75% dos entrevistados não precisaram aumentar o quadro de funcionários com a chegada do SPED, pois essas empresas destacaram que conseguiram utilizar a própria mão de obra interna para se adequar ao SPED. Além disso, 62,5% responderam que não houve necessidades de aumentar as despesas salariais. Enquanto que 37,50% precisaram aumentar as despesas nesses setores pois realizaram novas contratações.

A décima segunda questão requeria informações sobre os impactos da implantação do SPED no escritório, com relação à Tecnologia de Informação (TI), clientes e custo operacional dos serviços prestados, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Impactos da Implantação do SPED no escritório

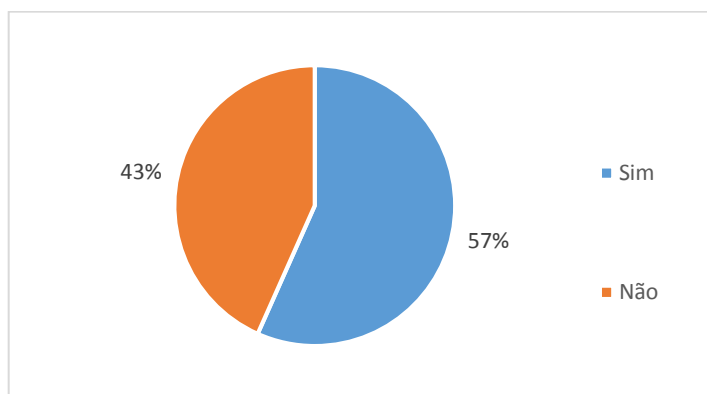


Fonte: preparado pela autora

Observa-se que em 42% dos escritórios houve a necessidade de investimento em Tecnologia da Informação – TI. Em 33% houve aumento do custo operacional dos serviços prestados. Em 23% houve aumento da demanda de clientes. Em apenas 2% houve redução do custo operacional dos serviços prestados. Em nenhum escritório houve a redução da demanda de clientes.

A décima terceira questão requeria informações sobre se houve alguma redução nos custos do escritório, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Impacto do SPED na redução dos custos do escritório

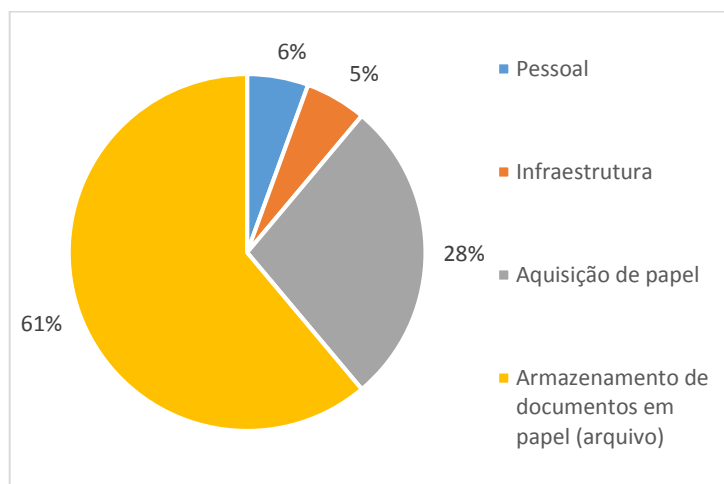


Fonte: preparado pela autora

Observa-se no Gráfico 13, que na maioria dos escritórios (57%), o SPED influenciou para a redução dos custos do escritório. E em 43% não houve influência na redução dos custos.

A décima quarta questão requeria informações sobre em que áreas estes escritórios identificaram tal redução, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Área com maior impacto na redução de custos

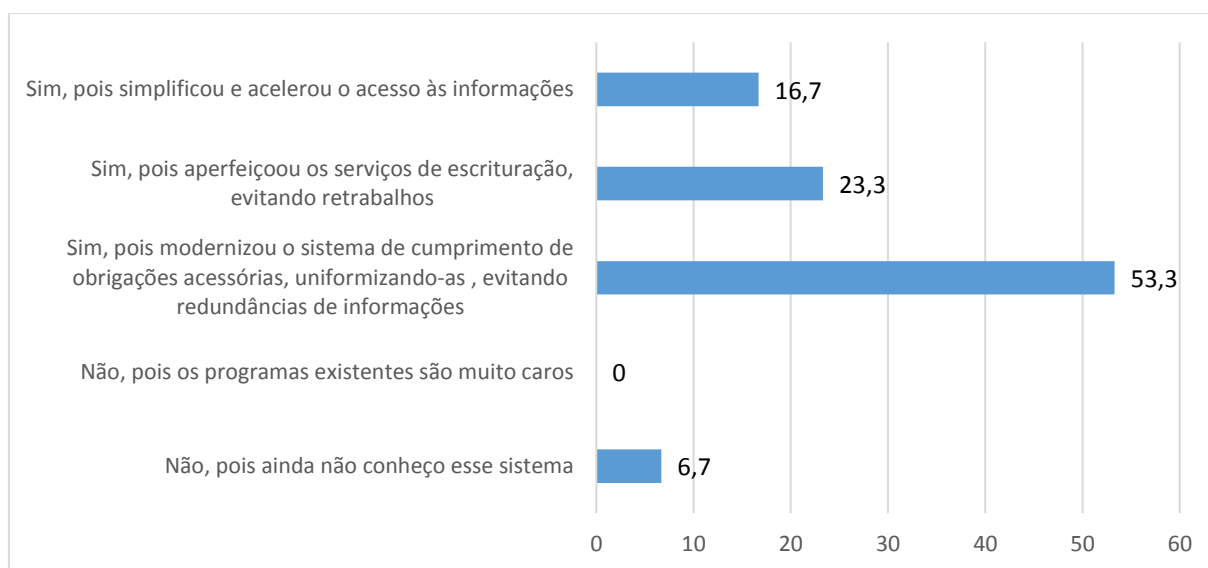


Fonte: preparado pela autora

Observa-se que em 61% das empresas houve redução nos custos com armazenamento de documentos em papel (arquivo). Em 28% houve redução com os custos por aquisição de papel. Dessa forma, observa-se que o SPED contribui para a redução dos custos com papel, devido a dispensa de emissão e armazenamento de documentos. Em 6% houve redução de custos com pessoal, e em 5% houve redução de custos com infraestrutura. Já no estudo de Backi et al. (2016) 62,5% dos entrevistados dizem não ter percebido a redução de custos com a emissão e o armazenamento de papel. Destaca-se que os 37,5% que perceberam essa redução são empresas com contabilidade interna, as quais comentam que a principal redução foi com a emissão dos livros fiscais.

A décima quinta questão requeria informações sobre a opinião dos respondentes, sobre o SPED estar contribuindo para a melhoria dos serviços fiscais, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Contribuição do SPED para a melhoria dos serviços fiscais



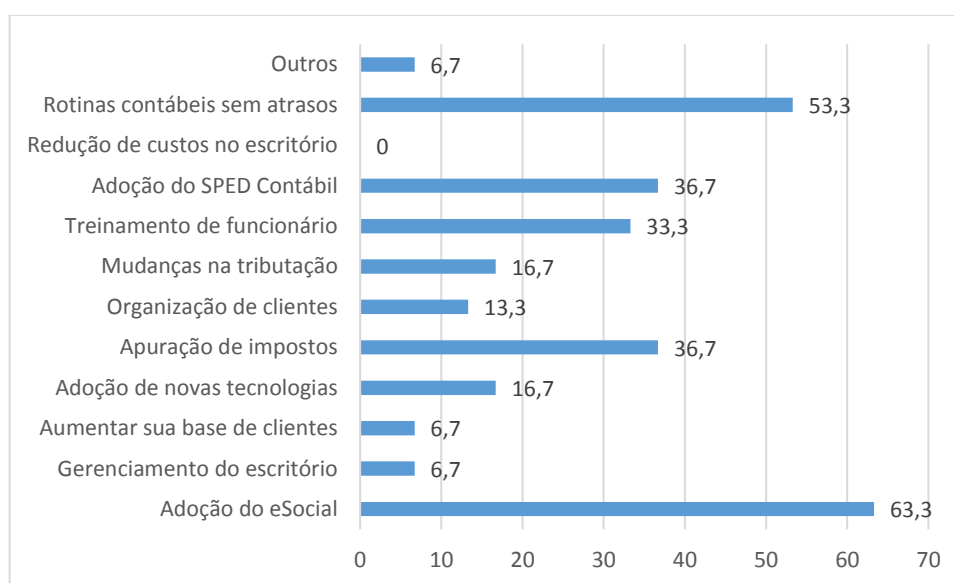
Fonte: preparado pela autora

Somente 6,7% dos respondentes responderam que esse sistema não está contribuindo para os serviços fiscais, pelo fato de ainda não conhecem esse sistema. Os demais afirmaram que sim, que o SPED está contribuindo para a melhoria dos serviços fiscais. Para a maioria dos respondentes (53,3%), o SPED está contribuindo para a melhoria dos serviços fiscais, pois acreditam que ele modernizou o sistema de cumprimento de obrigações acessórias, uniformizando-as, evitando redundâncias de informações. Para 23,3%, esse sistema está contribuindo para a melhoria dos serviços fiscais pois aperfeiçoou os serviços de escrituração,

evitando retrabalhos. E 16,7% acreditam que o SPED simplificou e acelerou o acesso às informações. Nenhum participante escolheu a opção que o sistema não está contribuindo pelos programas existentes serem muito caros. Pergunta semelhante foi aplicada na pesquisa de Filho, Pereira e Filho (2015, p. 58) cujo principal benefício percebido pelos profissionais se deu com a melhoria na qualidade das informações fornecidas, que apresentou média de 3,93. Seguido da racionalização e simplificação das obrigações acessórias, que apresentou uma média de 3,82.

A décima sexta questão requeria informações sobre quais tem sido os principais desafios da Contabilidade desde 2007 (início do SPED) na opinião dos respondentes, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Principais desafios da contabilidade desde 2007 (Início do SPED)



Fonte: preparado pela autora

Observa-se no Gráfico 16, que o maior desafio na opinião dos respondentes, têm sido a adoção do eSocial, com 63,3%. O segundo maior desafio, com 53,3% das respostas, foi a execução das rotinas contábeis sem atrasos. Em terceiro ficaram empatados com 36,7%, a adoção do SPED Contábil e a apuração de impostos. Em seguida, com 33,3%, ficou o treinamento de funcionários. Com 16,7%, ficaram empatadas a adoção de novas tecnologias, e as mudanças na tributação.

Entre os desafios menos citados ficaram a organização de clientes, com 13,3%; aumento de sua base de clientes, com 6,7%; o gerenciamento do escritório, com 6,7% e outros desafios não listados, também com 6,7%. A redução de custos nos escritórios ficou com 0%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na contabilidade da era digital, o presente estudo procurou identificar como a implantação do SPED está impactando nos escritórios de contabilidade situados na cidade de Porto Alegre – RS. Ainda se propôs contextualizar o impacto do avanço da tecnologia da informação tributária em nível federal no exercício da profissão contábil; analisar a atualização do profissional contábil com a nova tecnologia tributária (SPED) e verificar quais são as principais dificuldades que estes profissionais estão enfrentando para se adaptar aos novos sistemas.

Os assuntos levantados no referencial teórico abordaram a evolução tecnológica na área contábil, com destaque para o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

A partir dos dados obtidos em questionário respondido por profissionais e estudantes que trabalham em escritórios na cidade de Porto Alegre foram efetuadas análises dos dados da pesquisa realizada, sendo possível constatar que a maioria dos respondentes conhece o SPED. Porém, uma parte conhece razoavelmente, e alguns não conhecem esse sistema, mesmo trabalhando em um escritório de contabilidade. Com relação aos investimentos, a maioria dos respondentes afirmou que houve necessidade de investimento em tecnologia da informação (TI), incluindo máquinas e sistemas de informação nos escritórios, após a implantação do SPED.

Em relação a investimentos em conhecimento constatou-se que mesmo alguns profissionais não tendo conhecimento suficiente sobre o SPED, e estando preocupados com os novos sistemas e projetos advindos com esse sistema, a maioria participou de cursos ou qualquer outra atividade para obter mais informações sobre o Sistema Público de Escrituração Digital, assim como para acompanhar as atualizações desse sistema.

Também foi possível constatar que, com relação ao clima organizacional, aumentou a cumplicidade entre os colaboradores, pois passaram a se ajudar com mais frequência. Quanto à produtividade, as respostas foram divididas, enquanto em alguns escritórios não foi afetada, em outros a produtividade foi afetada por um curto período de tempo.

Foi observado em relação ao quadro de pessoal dos escritórios que embora a maioria não tenha apresentado aumento no número de empregados, houve escritórios com aumento no número de horas extras, elevando assim, o custo com pessoal. Pelas respostas obtidas, a maioria dos profissionais acredita que o SPED está contribuindo para a melhoria dos serviços fiscais, pois modernizou o sistema de cumprimento de obrigações acessórias, uniformizando-as, evitando redundâncias de informações.

No que se refere à redução de custos, o SPED contribuiu para a redução dos custos com papel, devido a dispensa de emissão e armazenamento de documentos, proporcionou, ao mesmo tempo, colaborar com a preservação do meio ambiente, devido a redução do consumo de papel.

Frente ao exposto, esta pesquisa contribuiu para conhecer como os profissionais dos escritórios de contabilidade vêm enfrentando as adaptações necessárias para atendimento das exigências do Sistema Público de Escrituração Digital.

Como principal limitação da pesquisa, destaca-se o tamanho da amostra, que apresenta-se em número reduzido, permitindo considerar os resultados encontrados apenas para a população em questão. Outra limitação importante refere-se à sua população, pois as funções dos respondentes nos escritórios são distintas, e as percepções de quem é titular de um escritório ou de quem é um estagiário podem ser diferentes.

Sugere-se para futuros trabalhos de pesquisa, a ampliação da amostra para outros municípios e/ou estados brasileiros, de modo a verificar se os dados obtidos nessa pesquisa se confirmam em outras regiões.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, C.; CARVALHO, J. T. A Evolução da Contabilidade: Seus avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais. Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves. Anuário de Produção Científica. Ano 1. n.1, out. 2012. Disponível em: <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_producao_cientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Carla_Joziane.pdf>. Acesso em: 30 de out.2017.

AJUSTE SINIEF 07/05. In: **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em:<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2005/aj_007_05>. Acesso em: 10 dez.2017.

BACKI, T. H. et al. Percepção dos empresários sobre as vantagens e as desvantagens do SPED FISCAL: Um estudo de caso no município de Guaporé - RS. Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 13, n. 2, p. 128-149, 2016.

BRASIL. **Ajuste SINIEF 09**, de 25 de outubro de 2007. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2007/aj_009_07>. Acesso em 12 de dez.2017.

BRASIL. **Ajuste SINIEF 10**, de 08 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2016/aj_010_16>. Acesso em 12 de dez.2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**, institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm>. Acesso em: 14dez. 2017.

BRUNO, Karina da Costa. O eSocial como ferramenta de apoio à monitoração de pessoas no Serpro.43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2014.

CHELA, Katherinne; SERPE, Marcell. Evolução tecnológica da contabilidade, 2014. Disponível: < em <http://www.contabeis.com.br/artigos/2048/evolucao-tecnologica-da-contabilidade/>>. Acesso em: 22 de nov.2016.

CLETO, N. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – **Revolução Digital no Meio Empresarial e Contábil**. Revista do CRCPR. Ano 31, n. 145, 2º quadrimestre de 2006.

CONFAZ. **Convênio ICMS 143/06, de 15 de dezembro de 2006**, institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2006/cv143_06> Acesso em: 14 dez. 2017.

CONSENZA, J.; ROCCHI, C. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis UERJ (online)**. Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 17, jan/abr., 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/7504/pdf>>. Acesso em: 10 de dez.2017

CORDEIRO, A.; KLANN, R. C. Institucionalização de hábitos e rotinas com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo em organizações de serviços contábeis. Revista Gestão Organizacional, v. 7, n. 1, p. 79-93, 2014.

DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal III-O Brasil na era do conhecimento**. Ideas@Work, p. 148. 2009.

DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal-IV: Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED**. Ideas@Work, p.82, 2011

FERNANDEZ, Marcelo Luiz Alves. Avaliação da utilização de documentos fiscais eletrônicos na rastreabilidade de cargas. 2012. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Potência) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Doi: 10.11606/D.3.2012.tde-19072013-121330. Acesso em: 2017-12-14.

FILHO, N. A. Da escrituração manual ao Sped. 1º edição. Porto Alegre. CRCRS. 2010. p. 18-19.

FILHO, G.M.S.; FILHO, P.A. M. L.; PEREIRA, T. R.L - Revista Mineira de Contabilidade, ISSN 2446-9114, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, art. 5, p. 50-60 set./dez. 2015.

GAMA, Suelen Lino. O projeto SPED e sua influência na profissão contábil: um estudo aplicado aos escritórios de contabilidade de Rondonópolis-MT. 2017. 74 f. Monografia. (Bacharel)-Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis-MT, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HENDLER, Rafael Germann. Sistema Público de Escrituração Digital-SPED: Uma análise da visão dos contadores sobre os benefícios da implantação do SPED. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel)-Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Criciúma -SC, 2014.

HENDRIKSEN, Élson S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 39.

KEESE, T. Da era do papel ao mundo virtual. **Revista Campo e Cidade**, Itu, v. 77, n.77, março. /abril. 2012. Disponível em: < <http://www.campoecidade.com.br/edicao-77-antigos-guarda-livros-ituanos/da-era-do-papel-ao-mundo-virtual/>>. Acesso em 20 jun.2017.

MANDEL, Arnaldo; SIMON, Imre; LYRA, Jorge. **Informação: computação e comunicação**. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~is/infousp/imre/imre.htm>>. Acesso em 14 dez. 2017.

MAHLE, M. M; SANTANA, A.F.B. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 8, n.23, p.73-92, abr./jul. 2009.

NASCIMENTO, Geuma C. SPED: **Sistema Público de Escrituração Digital sem armadilhas**. São Paulo: Trevisan, 2013.

PEREIRA, Gustavo Henrique Ramalho. Sistemas E.R.P. (Enterprise Resource Planning) e a contabilidade gerencial. Disponível em: < <http://www.contabeis.com.br/artigos/257/sistemas-erp-enterprise-resource-planning-e-acontabilidade-gerencial/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

PROTOCOLO de Cooperação ENAT 02/2007. **In: Portal da Nota Fiscal Eletrônica.** Disponível em: <http://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br/protocolos/iv-1/at_download/protocolo_arquivo>. Acesso em 11 dez.2017

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1701, de 14 de março de 2017.** Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). Disponível em <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=81226>> Acesso em: 12 dez.2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **MDF-e.** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1515>. Acesso em: 11 dez. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital.** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>. Acesso em: 23 nov. 2016.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **1991 a 1996-Começa a Informatização no Preenchimento da Declaração.** Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/institucional/memoria/imposto-derenda/historia/1991-a-1996-comeca-a-informatizacao-no-preenchimento-da-declaracao>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **CT-e.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1126>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **EFD Contribuições.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/284>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **eSocial.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/2313>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Linha do Tempo.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/10anos/linhatempo/>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **NFS-e.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/488>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALES, L.F.C.; PINTO, E. C. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e os Impactos Sobre os Profissionais Contábeis. Revista Organizações e Sociedades, v. 6, n. 5, p. 63-86, 2017.

SANTOS, Aldemar de Araújo. **Informática na empresa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SANOMIA, Priscila Costa. **O Impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) Sobre os Escritórios de Contabilidade do Município de Cacoal-RO**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Cacoal -RO, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A – Questionário Aplicado

Questionário sobre os impactos do projeto SPED da Receita Federal na estrutura e nos serviços prestados pelos escritórios contábeis localizados na cidade de Porto Alegre

Identificação

1) Há quanto tempo o escritório existe?

- Até 2 anos
- De 3 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

2) Que cargo você ocupa no escritório contábil?

- Proprietário
- Sócio
- Gerente/Administrador
- Outro

3) Qual o seu grau de instrução?

- Bacharel em Ciências Contábeis
- Especialização
- Técnico em Contabilidade
- Outros

4) Qual o seu tempo de experiência nesse ramo de atividade?

- Até 2 anos
- Entre 3 a 5 anos
- Entre 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

5) Como você classifica seu escritório em relação aos concorrentes?

- Pequeno
- Médio
- Grande

Informações sobre o grau de conhecimento sobre o SPED pelos profissionais dos escritórios:

6) Você conhece o SPED?

- Sim
- Não

7) Quando ouviu falar pela primeira vez do SPED?

- Nunca ouvi falar
- Não lembro
- 2007
- 2008
- Após 2009

8) Você participou de palestras, cursos ou workshops para se informar sobre o SPED?

- Sim, poucos
- Sim, diversos
- Não

9) Quais dos aspectos relacionados ao clima organizacional do seu escritório foram percebidos após a utilização do SPED?

- Aumentou a cumplicidade entre os colaboradores, passaram a se ajudar com mais frequência.
- O ambiente tornou-se mais competitivo.
- As pessoas ficaram mais agitadas ao exercerem suas rotinas diárias.
- Não houve mudanças.
- Estabeleceu-se o caos por um tempo.

10) Com relação à produtividade, o advento do SPED provocou em seu escritório:

- Aumento da produtividade
- Diminuição da produtividade
- A produtividade não foi afetada

- A produtividade foi afetada por um curto período de tempo
- A produtividade foi afetada por um longo período de tempo

11) Em relação ao quadro de pessoal:

- Foram contratados empregados
- Foram demitidos empregados
- Houve aumento de horas extras trabalhadas
- Houve diminuição de horas extras trabalhadas
- Não houve alteração

12) Com a implantação do SPED o que mudou ou/e está mudando em seu escritório?

Se julgar necessário marque mais de uma alternativa.

- Necessidade de investimento em tecnologia da informação – TI
- Aumento da demanda de clientes
- Redução da demanda de clientes
- Aumento do custo operacional dos serviços prestados
- Redução do custo operacional dos serviços prestados

13) Se você utiliza o SPED, houve alguma redução dos custos do escritório/empresa?

- Sim
- Não

14) Caso tenha havido redução dos custos, em qual (is) área(s) você identificou tal redução?

- Pessoal
- Infraestrutura
- Aquisição de papel
- Armazenamento de documentos em papel (arquivo)

15) Em sua opinião, o SPED está contribuindo para a melhoria dos serviços fiscais?

- Não, pois ainda não conheço esse sistema.
- Não, pois os programas existentes são muito caros.
- Sim, pois modernizou o sistema de cumprimento de obrigações acessórias, uniformizando-as, evitando redundâncias de informações.
- Sim, pois aperfeiçoou os serviços de escrituração, evitando retrabalhos.

- Sim, pois simplificou e acelerou o acesso às informações.

16) Quais têm sido os principais desafios da Contabilidade desde 2007(Início do SPED)? Escolher os 3 assuntos mais importantes:

- Adoção do eSocial
- Gerenciamento do escritório
- Aumentar sua base de clientes
- Adoção de novas tecnologias
- Apuração de Impostos
- Organização de clientes
- Mudanças na tributação
- Treinamento de funcionário
- Adoção do SPED Contábil
- Redução de custos no escritório
- Rotinas contábeis sem atrasos
- Outros.

